

As práticas jornalísticas na imprensa regional: a selecção das fontes e a promoção de desigualdades sociais

Journalistic practices in the regional press: the selection of sources and the promotion of social inequalities

Ricardo Morais*, João Carlos Sousa**

*Laboratório de Comunicação Online (LABCOM) e Universidade da Beira Interior, Portugal

**Laboratório de Comunicação Online (LABCOM) e Universidade da Beira Interior, Portugal

Resumo

A imprensa regional emergiu, sobretudo nos últimos anos, enquanto meio capaz de revalorizar as múltiplas formas de expressão do jornalismo, nomeadamente tendo em conta a ideia de proximidade noticiosa. É precisamente este reforço do papel da imprensa regional, na sua relação com o público, que pode constituir uma verdadeira alternativa aos meios de comunicação de massa.

Enquanto alternativa, estando mais próxima dos cidadãos e dos seus problemas, estes meios constituem-se como os principais dinamizadores do "espaço público", bem como da "esfera pública". Com base nestas especificidades, no presente artigo analisamos concretamente a recolha da informação, nas suas diversas etapas, desde o relacionamento com as fontes, às pressões, constrangimentos e critérios de selecção, indagando acerca da possibilidade dos meios de comunicação regional se constituírem como mecanismos fazedores e potenciadores de desigualdades na participação cívica dos cidadãos/leitores.

O ponto de partida para a análise situa-se na própria prática jornalística regional, mais propriamente na selecção das fontes, mas também na assimétrica distribuição de recursos, mormente de recursos de poder e de participação cívica, entre os diversos grupos sociais que se traduzem numa menor predisposição para a participação cívica no "espaço público".

Palavras chave: prática jornalística, imprensa regional/local, participação cívica.

Abstract

The regional press has emerged, especially in recent years, as a mean able to revalue the expression of multiple forms of journalism, with particular reference to the idea of closeness news. It is this enhanced role of the regional press, in its relationship with the public, which may constitute a real alternative to mass media.

As an alternative, being closer to the people, their problems, these media constitute themselves as the main drivers of the "public space" and the "public sphere". Based on these characteristics, in this paper we analyze specifically the collection of information in its various stages, from the relationship with the sources, the pressures, constraints and criteria, inquiring about the possibility of the media constitute themselves as regional mechanisms makers and enhancers of inequalities in civic participation of citizens / readers.

The starting point for the analysis lies in the practice of regional journalism, rather in the selection of sources, but also in the asymmetric distribution of resources, particularly resources of power and civic participation among various social groups that represent a predisposition for civic participation in "public space".

Keywords: journalism practice, regional/local media, civic participation.

1. Esfera pública e Estado: a assimétrica distribuição de recursos de poder

A modernidade acarreta com ela um incessante processo de destruição de formas tradicionais da ordem social, de modo até hoje nunca antes observável. No domínio da análise da evolução da «longa narrativa humana», podemos desde logo mencionar a relevância do quadro analítico que surge como legado do materialismo histórico. A herança do mencionado quadro teórico leva-nos a interpretar a história como um sequencial encadeamento de desenvolvimentos, nas formas de organização das mais diversas sociedades. Por seu lado, o materialismo histórico, que em Karl Marx e Frederich Engels (1975) tem os seus expoentes máximos, trata o desenvolvimento da humanidade a partir de premissas epistemológicas, em que a ruptura é concebida como um momento que culmina em conflito, desencadeando, em última análise, a renovação de instituições e elites sociais e políticas.

O aprofundamento da conflitualidade, ao longo das várias etapas do materialismo histórico, tal como o alegam ambos os autores, passaria pelo incessante desenvolvimento dos meios de produção. Karl Marx e Frederich Engels (1975) ao conceberem o processo de desenvolvimento humano como um histórico sequencial de rupturas, sublinham também, de certa forma, o carácter descontínuo do desenvolvimento humano.

É precisamente a partir da crescente conflitualidade entre burguesia e nobreza, isto é, a partir da contestação da ordem até aí prevalecente, que o grupo social burguês reivindica uma maior preponderância nas tomadas de decisão no campo político. Numa alusão histórica da presente análise podemos identificar a emergência do Estado, na sua forma moderna, como o produto de um longo processo, que de acordo com Jürgen Habermas (1984, pp. 27-41) teve as suas origens no cumulativo desenvolvimento e complexificação das sociedades medievais do século XIII e XIV. Ora, neste período temporal assiste-se crescentemente à separação do poder económico relativamente ao político, numa clara manifestação de decadência das estruturas feudais. Até então, o poder, nas suas versões quer política, quer do uso da força, encontrava-se sobre alçada dos senhores feudais. Com o desenvolvimento do mercantilismo capitalista assiste-se à crescente pujança económica e comercial de algumas cidades. Também Max Weber reporta a ruptura com a ordem estabelecida até aí, constatando que a edificação do Estado moderno passou "(...) pela tentativa de desapropriação, por parte do príncipe, dos portadores "particulares" de poder administrativo que existem a seu lado, isto é, daqueles proprietários de recursos administrativos, bélicos e financeiros e de bens politicamente aproveitáveis de todos os tipos" (1999, p. 528).

A consolidação do capitalismo, na sua versão mercantilista, leva também, no plano da distribuição dos recursos quer simbólicos, mas também materiais, a uma profunda reformulação do quadro social até aí vigente. Nas referidas grandes cidades, começa neste período a desenvolver-se um poderoso grupo social

com privilegiado acesso a recursos, muito particularmente a recursos financeiros. Por outro lado, existe uma crescente tendência para a assunção do princípio racionalizador, nas mais diversas esferas da vida quotidiana, incluído mesmo a própria organização política – o Estado. Nesta linha de pensamento, temos necessariamente de enfatizar o contributo de Max Weber (in Parkin 2000, pp. 77-84), para quem o Estado, modernamente entendido, detém o monopólio do exercício da violência num dado território.

O supra mencionado autor alemão associa à emergência do Estado, enquanto entidade racionalmente erguida, a tendente proeminência da legitimidade racional ou legal, sobretudo em detrimento da legitimidade tradicional, que tinha como “pano de fundo” uma grande preponderância das relações informais, constituindo-se como um privilegiado contexto sociopolítico para o estabelecimento de relações de poder e dominação entre o senhor feudal e os seus servos. Assim, e de uma forma sequencialmente identificável, Frank Parkin numa alusão às palavras do autor alemão (2000, p. 69) afirma, acerca da dominação racional-legal, que esta é a forma típica deste tipo de dominação - a burocracia. “Num Estado moderno”, diz Weber, “o poder real é necessária e inevitavelmente a burocracia”.

Daqui resulta a premissa na qual se poderá sublinhar a emergência do Estado moderno como organização racional-legal de um determinado território, em paralelo com a crescente proeminência da sua orgânica, isto é, do seu aparato burocrático, bem na linha weberiana. Deste modo, estamos perante profundas mutações, em estruturas que acompanhavam o longo percurso do empreendimento da “narrativa humana”, como são os casos das instituições que deram guarida social e política ao feudalismo ao longo de toda a Idade Média.

A crescente desvinculação entre política e economia e a despersonalização do seu exercício, no senhor feudal, leva à consolidação de um “edifício” jurídico, administrativo, que é incorporado no Estado, figura proeminente do poder, racional e legalmente aplicado. Jürgen Habermas, partindo desta constatação, reafirma que:

Na Cameralística do século XVIII (que deriva o seu nome de camera, a câmara do tesouro do senhor feudal), esta precursora da Economia Política se coloca, por um lado, no mesmo nível da Ciência da técnica agrária sintomaticamente como uma parte da “policy”, a doutrina da administração propriamente dita: [acrescentando] tão estritamente a esfera privada da sociedade burguesa é subordinada aos órgãos do poder político (1984, p. 34 maiúsculas e itálico do original).

O autor alemão tem o condão de chamar a atenção para o aparecimento de um espaço, em jeito de vácuo, entre o Estado e o cidadão, isto é, a emergência de uma nova ordem social e política. O feudalismo, que enquanto sistema estratificador distribuiu assimetricamente, quer recursos materiais, quer simbólicos, entra

em decadência, tendo o seu ponto culminante nas revoluções liberais, das quais destacamos, é claro, a Revolução Francesa de 1789. O Estado, desta forma

“(…) procede da ideia de dissociação entre poder e o que o exerce. Neutro e objectivo, o Estado é, por essência, o lugar de integração e de unificação social. Para Hegel, o Estado, princípio da “totalidade” e expressão suprema da “Razão”, opera a síntese entre o universal e o individual, o interesse geral e os interesses particulares” (1988, p. 312 cit in Maia, 2002, p. 138).

Com efeito, a onda de revoluções liberais que assolou tanto a América do Norte, mas sobretudo a Europa, foram apenas a expressão de convulsões políticas, mas também sociais e muito especialmente económicas, na medida em que a partir do desenvolvimento do mercantilismo capitalista, iniciou-se um processo de expansão dos meios urbanos, constituindo-se estes como grandes pontos de trocas comerciais. É também neste contexto, de um crescente incremento das trocas comerciais e conseqüente dinâmica económica e financeira, que surge a burguesia. Esta nova e pujante classe social reivindicava para si uma maior preponderância no momento das escolhas políticas, no fundo, uma melhor e mais equitativa distribuição dos recursos de poder.

Tal como já anteriormente aludimos, com a quebra da ordem feudal houve uma crescente desvinculação entre o poder político e económico e até jurídico, o que implicou a centralização, de uma parte destes, na instituição estatal. O Estado é assim concebido como um espaço decisório, em que a capacidade de decisão estava jurídica e administrativamente circunscrita a uma instituição, em detrimento do vigente até aí, em que essa capacidade estava fortemente personificada. Nesta linha, surge a delimitação até aí inexistente, entre público e privado.

Para Jürgen Habermas, esta emergente distinção surge no seio da família burguesa, designando como “coisa pública” “(...) certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um (...) no sentido de opinião pública, de uma esfera pública revoltada ou bem indignada ou informada, significados estes correlatos a público, publicidade, publicar” (1984, p.14).

Ora, o princípio da publicidade surge-nos aqui como um importante aspecto, no sentido de atribuir visibilidade a temáticas e questões de determinados grupos sociais. Este aspecto que se encontra directamente relacionado com a crescente necessidade da burguesia urbana em se ver representada, isto é, os seus interesses de classe serem tidos em conta nas instituições decisórias.

Neste sentido, a burguesia urbana é neste período uma categoria social com vasta disponibilidade de recursos financeiros, mas também, e sobretudo, culturais. Filipe Carreira da Silva constata mesmo que “é na cidade, centro da actividade económica e cultural da sociedade civil, que surge esta esfera pública

literária, cujas principais instituições são os salões, os cafés e as sociedades culturais” (2002, p. 17). Deste modo, o referido autor, recorrendo ao contributo de Habermas (1962, p. 27) define que:

“A esfera pública burguesa pode ser concebida, antes de mais, como a esfera em que pessoas privadas se juntam enquanto um público; bem cedo, reclamaram que essa esfera pública fosse regulada como se estivesse acima das próprias autoridades públicas; de forma a incluí-las num debate sobre regras gerais que governam as relações da esfera de troca de bens e de trabalho social basicamente privatizada, mas publicamente relevante, para concluir que «o meio deste confronto político era peculiar e não tinha precedente histórico: o uso público da razão pelos intervenientes (öffentliches Rasonnement)»” (in Silva, 2002, p.16 *italico do original*).

A discussão e promoção do debate de ideias passou a ser uma “coisa” do domínio público, mas eram também assuntos que para além de terem a sua índole pública, também tinham a sua componente classista. Por outras palavras, estamos a aludir ao facto que embora nos referidos salões se discutissem temas e problemas de cariz público, não existe ainda assim margem para escamotear o forte pendor classista, muito particularmente burguês. Desta forma, a burguesia socialmente ascendente pretendia divulgar o seu ideário na esfera pública, recorrendo para tal à publicidade, que não é mais do que o mecanismo pelo qual um determinado grupo social faz ecoar na esfera pública, um determinado debate, adquirindo assim o carácter de assunto público, no âmbito da opinião pública. Constatados estes factos históricos, colocar-se-á a questão de saber em que medida essa capacidade de impor à opinião pública, através do princípio da publicidade, determinados assuntos, componentes de uma determinada agenda, está distribuída de modo simétrico entre os diferentes grupos sociais? Posta a questão de uma outra forma, questiona-se em que medida os diferentes grupos sociais têm, na contemporaneidade, idênticas possibilidades de impor determinada agenda na esfera pública?

Neste sentido, estamos no campo privilegiado das desigualdades sociais, mormente das desigualdades de recursos, que possibilitam um certo mediatismo publicitário na esfera pública. As desigualdades sociais, no estrito âmbito da presente análise, referem-se ao desigual acesso à estrutura de poder, que é definida por Anthony Giddens (2000, p. xii) como as “regras e recursos, ou conjuntos de relações transformacionais, organizados como propriedades dos sistemas sociais” (cit in Habermas, 1984, p. 25).

Num crescente contexto social, político e económico, os meios de comunicação assumem grande poder “gravitacional”, quer na formulação, mas também no estímulo à esfera pública, bem como da opinião pública, de forma a “pressionar” o poder político e muito particularmente os órgãos políticos institucionais. Na realidade existe uma longa tradição de pensadores (John Milton, John Locke, James Madison, Thomas Jefferson, Edmund Burke e John Stuart Mill) que reconheceram que a existência de uma imprensa livre e

independente dentro de cada país é essencial, de forma a garantir o direito à liberdade de expressão e pensamento, fortalecendo a capacidade de resposta e a responsabilização dos governos¹. O desenvolvimento da democracia moderna envolveu assim uma grande expectativa quanto ao papel dos meios de comunicação em geral, e do jornalismo em particular, uma vez que desde muito cedo estes foram considerados como os únicos capazes de assegurar um conjunto de funções² essenciais no contexto de uma sociedade livre e democrática: a) serem provedores de informação acerca dos acontecimentos e do seu contexto; b) proporcionarem um fórum para o debate público; c) darem voz aos cidadãos; d) e actuarem como “vigilantes” e fiscalizadores dos actores e actividades do campo político (Blumler e Gurevitch, 1995, p. 97). Já Habermas, aquando da teorização sobre a emergência da esfera pública frisou o papel dos meios de comunicação social, ao alegar que:

“Dentro dessa ordem política e social, reestruturada durante a fase mercantilista do capitalismo (cuja nova configuração já se expressa em grande parte no fato de que nela se separam os momentos próprios do político e do social), agora também o segundo elemento do sistema de trocas pré-capitalistas desenvolve uma peculiar força explosiva: a imprensa” (1984, p. 34 *italico dos autores*).

A imprensa, nomeadamente a imprensa escrita, é desta forma entendida desde os seus primórdios como o “centro dinamizador” da esfera pública, que no sistema “Sociedade Civil vs Estado”, desempenha o papel de pêndulo, em que determinados grupos sociais se socorrem desta para levar a cabo a publicitação da sua própria agenda. Este processo, que Anthony Giddens (2000, p. xii) designou por “estruturação”, refere-se às “condições que governam a continuidade ou transmutação das estruturas e, portanto, a reprodução dos sistemas sociais”. É precisamente neste processo de estruturação, ou por outras palavras, de acesso a recursos de poder e simbólicos, que os grupos sociais mais desfavorecidos têm acesso em menor escala, ou são mesmo excluídos dele.

Na contemporaneidade, com a emergência dos grandes aglomerados empresariais e financeiros expandindo-se também para a área dos meios de comunicação social, urge analisar criticamente como o processo de estruturação se concretiza. Para tal, e partindo do ângulo da própria produção jornalística, isto é, das fontes utilizadas pelo próprio jornalista, propomo-nos a levar a cabo uma interpretação crítica deste processo. Esta questão ganha especiais contornos quando estamos a tratar exclusivamente da hipótese aqui apresentada, isto é, a possibilidade dos jornalistas acederem invariavelmente a fontes de cariz

¹ Edmund Burke, no final do século XVIII, considera que o poder que a imprensa tem é tão grande que a cunha como o “Fourth State” (“Quarto Poder”), referindo-se desta forma ao “poder político que a imprensa possuía, a par de outros três poderes do contexto britânico: os Lordes, a Igreja e os Comuns” (McQuail, 2003, p. 149).

² Desde as declarações da Primeira Emenda norte-americana que são associadas à imprensa estas quatro funções essenciais, ainda que, a depender dos autores, sejam mencionadas, por vezes, um conjunto de outras funções (Blumler & Gurevitch, 1995). Contudo, as quatro apresentadas acabam por sintetizar os principais papéis que o jornalismo deve assumir numa sociedade democrática participativa (que na época era o modelo de democracia ideal), em que os cidadãos bem informados têm um papel activo em termos de decisão política.

institucional ou estatais, com todas as implicações que esse tipo de opções acarreta. Dado o facto de o comum do cidadão ter apenas acesso parcial (ou até mesmo não ter) a recursos de poder, os interesses deste (sociedade civil) são relegados para um segundo plano, relativamente aos das elites, mormente elites locais e regionais.

2. O campo jornalístico e as fontes de informação

No seguimento do que foi dito até agora, e tendo em conta que foram as transformações históricas - do lugar e da função social da imprensa - que contribuíram para a emergência do campo do jornalismo como o conhecemos hoje, interessa perceber de que forma esta actividade se constitui com base em processos de interacção, uma vez que "o jornalismo não é um produto de acção individual do jornalista (...)" (Amaral, 2006, p. 21).

Assim, quando consideramos o relato jornalístico devemos ter em conta, desde logo, que este "é um processo de interacção colectiva onde interferem entre outros aspectos, o poder do jornalista, a dependência das fontes e os constrangimentos da rotina produtiva" (idem). É por estarmos perante esta complexa rede de poderes e influências que ganha especial relevância um conhecimento aprofundando das relações que se estabelecem entre o jornalismo e as fontes de informação.

Por outro lado, se é verdade que as fontes são operadores básicos da prática jornalística e portanto sem elas não há jornalismo, não podemos também esquecer que "as notícias não são um espelho da realidade, mas uma representação do mundo e, como todas as representações, são selectivas" (Schudson, 2003, p. 33). Quer isto dizer que existem certas pessoas que tomam decisões e fazem escolhas em relação ao que é apresentado como notícia e esta selecção resulta, por sua vez, de um conjunto de acções e rotinas. Portanto, é preciso considerar "os métodos usados pelos jornalistas na recolha de notícias, as fontes que contactam, exigências organizacionais, recursos e políticas das organizações em que trabalham, géneros noticiosos e suas convenções (...)" (Santos, 2003 cit in Lamy, 2010, p. 4).

Neste contexto, de análise da relação entre jornalistas e fontes, a definição de campo, na perspectiva de Pierre Bourdieu, é também ela fundamental para entendermos como funcionam os mecanismos de produção jornalística. De acordo com o autor francês, o campo é o espaço social estruturado onde, no seu interior, existem relações entre agentes, que providos de competências e técnicas, investem a sua força contra outros agentes (1997, p. 41). O conceito de campo, que foi aplicado em diferentes domínios, ganha particular significado quando adaptado ao mundo jornalístico, uma vez que "o campo jornalístico é o lugar de uma lógica específica imposta aos jornalistas por meio de condicionamentos e controlos" (Bourdieu, 1997, p. 83 cit. in. Santos, 2006, p. 19). Estes condicionalismos, que têm a ver não só com as pressões

organizacionais próprias dos meios de comunicação, como sublinhámos anteriormente, mas também, e sobretudo, com as pressões que as fontes de informação podem exercer. Diríamos assim que este campo jornalístico se constitui essencialmente com base na luta simbólica pelo poder, o que na perspectiva de Pierre Bourdieu significa o estabelecimento de sentidos, a classificação e a atribuição de ordem aos factos na construção da realidade (Bourdieu, 1974, 1989). “O campo de notícia é um espaço de relações sociais em torno de um enjeu ou desafio com ganhos e perdas por parte dos agentes intervenientes” (Santos, 2006, p.17).

Tomando o conceito de campo jornalístico enquanto espaço social de interacção, temos de considerar as fontes de informação, os jornalistas enquanto produtores das notícias e os consumidores do produto jornalístico ou receptores da informação como os principais sujeitos.

“No principal nível de interacção do processo construtivo da informação os protagonistas são, por um lado, os jornalistas ligados a uma organização, cuja missão é transmitir notícias; por outro, os diversos actores que servem (e se impõem) como fontes que fornecem as informações susceptíveis de se transformarem em notícias” (Amaral, 2006, pp. 25-26).

Assim, e apesar da nossa análise se centrar no ponto de vista do receptor da informação, é todo este processo anterior de disputa pelo já referido poder simbólico de construção da realidade entre fontes e jornalistas que nos oferece os indicadores para a investigação.

Nas sociedades contemporâneas, o campo jornalístico tem-se constituído um alvo da acção estratégica de diferentes agentes sociais, que procuram sobretudo fazer coincidir as suas necessidades de acontecimentos com as dos profissionais do jornalismo. Neste cenário, “luta-se” pelo princípio da visibilidade pública tendo em conta a agenda dos meios de comunicação.

“A verdade é que os jornalistas das redacções deixaram de ser os únicos a pensar na edição do dia seguinte. O projecto da próxima edição tornou-se uma criação partilhada entre os profissionais que, nas redacções, têm a atribuição e a responsabilidade de decidir o que publicar, como publicar, e aqueles que, actuando nas instituições produtoras de acontecimentos, municiam de conteúdos e ideias os pontos estratégicos das redacções, com informações jornalisticamente ordenadas, propostas de pauta, fotografias, materiais de suporte ou de consulta, e até textos prontos, de artigos que, no dia seguinte, talvez recheiem as chamadas páginas de opinião” (Chaparro, 2000, pp. 295-304).

Molotch e Lester (1975) consideram mesmo que o poder das fontes reside precisamente na sua capacidade de criar acontecimentos públicos, ou seja, da mesma forma que os jornalistas têm os seus critérios de definição da rede noticiosa, as fontes criam critérios tendo em conta a rede de mediatização (cit. in. Santos, 1997).

No entanto, a procura das fontes no sentido de dar publicidade aos temas, move-se em determinadas situações sob um jogo entre privado e público, isto é, de acordo com uma lógica onde os acontecimentos determinam a exposição ou o encobrimento, a divulgação ou o segredo. É neste jogo pela visibilidade que os jornalistas surgem enquanto actores que têm o papel de seleccionar, enquadrar e contextualizar as informações que obtém junto às fontes (Mazzarino, 2006, p. 314). No entanto, é também neste jogo que as fontes, sobretudo as que detêm maior poder, em função da proximidade que têm com os jornalistas, mas sobretudo da credibilidade, aproveitam para se mostrarem sempre disponíveis, procurando desta forma antecipar a necessidade de informação e difundido-a de acordo com critérios próprios que tentam fazer coincidir com os critérios de noticiabilidade (Santos, 2003).

Importa por isso salientar que apesar de qualquer pessoa poder funcionar como uma fonte, fornecendo informações, cultivar uma fonte é um processo que envolve uma lógica diferente, que tem subjacente um "jogo de interesses" e uma relação de troca permanente, entre os jornalistas e as fontes. No fundo, esta ligação "constitui um relacionamento entre os actores que perseguem objectivos diferentes mas que se encontram num ponto comum: a notícia" (Lamy, 2010, p. 4). É portanto uma luta entre "um número de organismos-fontes de informação, que colaboram e concorrem entre si, contra um número de organismos-jornalistas, que também colaboram e concorrem" (Santos, 1997, p. 187).

É com base neste jogo de interesses, mas também devido à escassez de tempo, recursos humanos, ou por outro lado, abundância de acontecimentos, que os profissionais da comunicação optam, não poucas vezes, por fontes estáveis e regulares, os chamados "canais de rotina". "Há uma rede estável de fontes, maioritariamente institucionais, que alimenta as necessidades de cobertura informativa da qual se alimenta todo e qualquer órgão de informação" (Amaral, 2006, p. 27). Na realidade, como refere Manuel Chaparro, as instituições do poder e as pessoas que as representam têm vantagens relativamente a outras, uma vez que:

"qualquer coisa que digam ou façam tem características de conteúdo noticiável, por causa dos dois atributos dos poderosos: a notoriedade (da instituição, dos próprios nomes e dos temas tratados) e a capacidade de gerar consequências no quotidiano das pessoas" (Chaparro, 2001, p. 61 cit in Amaral, 2006, p. 30)

Ao conferirem primazia a estas fontes mais poderosas, os jornalistas criam aquilo que Hall (cit. in Manning 2001, p. 16) chama de definidores primários dos assuntos. Ao assumirem esta posição passam a ter o poder de condicionar todas as interpretações dos acontecimentos posteriores às suas, ou seja, são eles que definem os enquadramentos de determinado tema, a forma como este deve, primariamente, interpretado.

"Os meios de comunicação ajudam a reproduzir e manter as definições da situação que favorece os poderosos não apenas por recrutarem estes nos estádios iniciais em que os

assuntos são estruturados mas favorecendo certos modos de colocar os temas e manter uma estratégia de áreas de silêncio” (Schlesinger cit. in Santos, 1997, p.30).

Por outro lado, Stuart Hall considera que os meios de comunicação apenas se limitam a reflectir nas notícias as posições de dominação que se verificam na sociedade, isto é, dos agentes sociais mais poderosos em relação aos mais desfavorecidos e com menos recursos. “Os meios de comunicação social tendem a reproduzir, do ponto de vista simbólico, a estrutura existente do poder na ordem institucional da sociedade” (Hall cit. in Santos 1997, p. 29).

Assim, e se é verdade que a criação de fontes de rotina garante, como salienta Nelson Traquina (2000, 2001), maior eficácia, estabilidade no trabalho e legitimidade, resultado do capital simbólico que a fonte adquire, por outro lado, não podemos ignorar que esta dependência condiciona a pluralidade jornalística e contribui para a redução da procura autónoma do jornalista na concepção da agenda mediática. Este aspecto pode ser particularmente importante no contexto dos meios regionais, uma vez que aqui podem ainda verificar-se “tiques de caciquismo, dependente e cúmplice dos vários poderes, nomeadamente político e económico” (Amaral, 2006, p. 26).

Por outro lado, tendo em conta que cada vez mais as instituições têm desenvolvido mecanismos para lidar com os jornalistas, nomeadamente gabinetes de assessoria de imprensa, que se tornaram especialistas no conhecimento das lógicas do tempo, dos enquadramentos, dos raciocínios e do funcionamento em geral dos *media*, parece-nos evidente que existe um risco de uma agenda ser cada vez mais dominada por estas fontes. O que nos conduzirá a um dilema:

“(…) o de perceber se as fontes estão a servir o jornalista, para que este possa corresponder ao serviço do interesse geral dos cidadãos, ou a servir-se dele, tirando daí benefícios ou defendendo determinados interesses conflituosos com o interesse público” (Amaral, 2006, p. 26).

Desta forma, ao mesmo tempo que o fluxo noticioso depende em grande parte das fontes institucionalizadas e de rotina, uma vez que são as únicas que conseguem “alimentar” o acelerado processo de produção dos meios de comunicação, surge uma nova preocupação que se prende com “a proliferação de assessorias, fontes inesgotáveis de conteúdos politicamente orientados” (Rebelo, 2002, p. 163). É por isso que, na opinião de José Rebelo, o poder de influência do jornalismo junto da opinião pública é cada vez mais questionado, por causa dos possíveis condicionamentos que este pode sofrer de outros poderes.

No contexto deste trabalho optámos assim por uma abordagem a partir do conceito de campo jornalístico, uma vez que entendemos que este nos permitia uma melhor percepção da disputa e negociação que se verifica entre os vários agentes sociais presentes neste campo social. Pretendíamos enfatizar a relação entre os actores, mas também realçar como é sobretudo a partir de interesses que se constrói grande parte

da informação que chega aos leitores, apesar destes não percepcionarem, na maior parte das vezes, os contornos que estão subjacentes ao processo noticioso (Amaral, 2006, p. 27). Esboçado este breve retrato da relação entre jornalistas e fontes, procuramos de seguida centrar o nosso trabalho nas rotinas e estratégias de comunicação adoptadas pelos jornais no campo da informação regional, que como vimos, tem particularidades próprias. Adoptámos por isso uma abordagem que nos guiou na identificação das fontes privilegiadas, mas também dos actores, aspectos fundamentais para o entendimento do processo de construção informativa.

Importa salientar, para terminar, que toda a investigação e análise das fontes utilizadas teve em conta a natureza da distinção entre instituições originárias do Estado e instituições oriundas da Sociedade Civil, seguindo os aspectos teóricos anteriormente enunciados. Com base nesta distinção, considerou-se a existência de fontes oficiais, aquelas que emergem ou estão directamente ligadas ao Estado e organismos da Administração Central e Local (Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, instituições de carácter governamental, etc.), e por outro lado, não oficiais, para caracterizar todas as outras instituições que surgem através da sociedade civil³.

3. Procedimentos metodológicos para o estudo das fontes de informação

Depois de uma abordagem sobre os aspectos fundamentais subjacentes à relação que se estabelece entre jornalistas e fontes de informação, apresentamos, de seguida, os procedimentos metodológicos utilizados para tentar identificar o tipo de fontes que domina os jornais regionais analisados.

Tendo em conta os parceiros do projecto de investigação "Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos media portugueses", desenvolvido no Laboratório de Comunicação e Conteúdos Online (Labcom) na Universidade da Beira Interior (UBI), o universo de estudo neste trabalho foi constituído por oito jornais regionais: "Grande Porto", "Jornal da Bairrada", "Jornal do Centro", "Diário As Beiras", "O Ribatejo", "Região de Leiria", "Jornal do Fundão" e "O Algarve".

Procurámos agir de acordo com as propostas de Yin (1989, p. 23), que defende o recurso a diferentes fontes de dados. Não nos limitámos a efectuar uma análise dos conteúdos dos jornais, nem tivemos apenas em conta a opinião dos jornalistas e dos directores das publicações. Decidimos também efectuar uma sondagem telefónica, centrando-nos desta forma não só nos processos, mas procurando também compreender como os indivíduos atribuem sentido ao que lêem diária ou semanalmente nos jornais.

³ Vários autores, como Nelson Traquina no estudo "O jornalismo português e a problemática VIH/SIDA: um estudo exploratório", Revista de Comunicação e Linguagens, vol. 27, 2000, ou Philip Schlesinger e Howard Tumber na investigação "Reporting Crime", Clarendon Press, Oxford, 1994, utilizam esta divisão das fontes entre oficiais e não oficiais. No entanto, no nosso caso, e tendo em conta o enquadramento teórico efectuado, esta divisão é especialmente importante na confrontação entre Estado e Sociedade Civil.

Assim, no âmbito da análise de conteúdo utilizamos um processo de amostragem aleatória na constituição de uma amostra representativa, a partir dos 236 exemplares recolhidos no período compreendido entre 1 de Fevereiro e 31 de Maio de 2010. Foram assim analisadas 54 edições dos jornais (que resultaram num total de 3602 peças). Desta forma, conseguiu-se obter uma amostra representativa, com um erro de amostragem de 1,63% e um grau de confiança associado de 95%.

Quanto ao inquérito aos jornalistas, optámos pela aplicação on-line de um inquérito por questionário, a partir de uma população alvo de 45 jornalistas, distribuídos de forma não uniforme pelos oito jornais participantes, obtendo-se um total de 34 inquéritos, o que equivale a uma taxa de resposta de cerca de 75,6%. Já as entrevistas foram efectuadas a seis directores⁴, recorrendo à entrevista semi-estruturada.

Por fim, o estudo de opinião longitudinal, que se divide em dois momentos, decorreu em Março/Abril de 2011, e em Outubro/Novembro do mesmo ano. Partindo das bases de dados de assinantes de cada um dos jornais, a selecção dos participantes foi efectuada segundo um procedimento aleatório, tendo sido inquiridos um total de 1344 leitores, na primeira fase, e 1134 na segunda, distribuídos pelos oito jornais. As entrevistas foram aplicadas com recurso à técnica telefónica, e basearam-se num questionário estruturado de perguntas abertas, mas maioritariamente fechadas.

4. Apresentação e discussão dos resultados

Tendo em conta os objectivos da investigação, analisou-se o relacionamento entre os jornalistas e as suas fontes. Esta questão é particularmente importante para um conhecimento aprofundado das práticas jornalísticas, sobretudo no contexto da imprensa regional, assente na ideia da proximidade.

Partindo da ideia de que é “a acção das fontes e dos jornalistas que determina e influencia a orientação e o conteúdo das notícias” (Amaral, 2006, p. 36), procurou-se verificar que tipo de fontes domina o espaço informativo regional e de que forma estas marcam a agenda dos jornais e as respectivas práticas de construção noticiosa. Funcionado o jornalismo como um espaço social onde estão presentes diversas forças em disputa pelo poder simbólico, procurámos em primeiro lugar perceber se existe uma procura autónoma dos próprios jornalistas em relação às fontes, ou se pelo contrário, são as lógicas dos líderes, organizações políticas, instituições ou grupos de pressão que constituem as fontes de informação dominantes.

Com efeito, 68% dos jornalistas inquiridos indicam que usam mais frequentemente no seu dia-a-dia fontes externas, ou seja, que não são da iniciativa do próprio jornal, mas externas a este. Por sua vez, 32% dos mesmos referem que é mais frequente utilizarem fontes internas, isto é, que têm a sua origem no próprio

⁴ Foram realizadas seis entrevistas presencialmente a cada um dos directores das publicações. A disjunção que se verifica entre o número de publicações em análise, oito, e o número de entrevistas efectuado, explica-se pelo facto de a direcção de três jornais, “Jornal do Centro”, “Diário As Beiras” e jornal “O Algarve”, ser no momento da realização das entrevistas responsabilidade de um só diretor, no âmbito da pertença deste títulos a um grande grupo mediático.

jornal. Os dados que resultam do inquérito aos jornalistas confirmam a tendência verificada na análise de conteúdo das publicações, na qual constatámos que as fontes externas eram precisamente as mais usadas nas peças jornalísticas (2703 peças resultavam de fontes externas; 393 de fontes internas).

No plano do estatuto das fontes, os jornalistas indicam que usam mais frequentemente as fontes não oficiais (68%), em detrimento das fontes oficiais. Uma vez mais, as respostas ao inquérito confirmam os dados recolhidos na análise de conteúdo, onde concluímos que as fontes mais utilizadas eram não oficiais, tais como colectividades, sindicatos, empresas, em suma, todas as instituições não estatais (2559 peças resultavam de fontes não oficiais; 535 de fontes oficiais).

Estes dados são realmente interessantes, uma vez que seria de esperar que as fontes fossem sobretudo oficiais, já que nos sistemas convencionais de jornalismo a preferência pelas fontes oficiais representa uma estratégia dos profissionais para obter dados fidedignos de personalidades reconhecidas, respaldadas pelo exercício de uma função pública. Na imprensa regional, este predomínio das fontes oficiais é mesmo frequentemente considerado mais comum, uma vez que “os jornalistas estão mais próximos das instituições, privam mais facilmente com os seus representantes em contextos informais, alimentando uma relação para melhor acederem às informações” (Amaral, 2006, p. 40).

Na realidade, não se verifica nenhum destes pressupostos nos dados que resultam da análise à nossa amostra, onde são as fontes não oficiais as privilegiadas. No entanto, encontramos parte da explicação para estes dados se tivermos em conta que a temática que tem mais peças na análise é a “Cultura”, e em relação à qual a maior parte das fontes efectivamente não é oficial (no sentido em que resultam de pessoas que pertencem a instituições e organismos que não têm qualquer ligação com o Estado), mas também que são sobretudo os pequenos relatos (breves) que privilegiam estas fontes. Por outro lado, devemos considerar a possibilidade segundo a qual existe uma proliferação de fontes de informação, isto é, assiste-se a um aumento do número de fontes oficiosas. Pretende-se desta forma enfatizar que apesar das peças da imprensa regional analisadas serem tendencialmente orientadas para as fontes não oficiais (sem ligação ao Estado), isso não significa um maior espaço para a mobilização mediática da sociedade civil, isto é, para os cidadãos individualmente considerados.

Os resultados do inquérito aos jornalistas permitem complementar a análise em relação à incorporação de vozes na narrativa jornalística. Percebe-se desta forma que o uso da voz de cidadãos comuns como fontes citadas em notícias é considerado um mecanismo para conferir alguma visibilidade a quem tem poucas possibilidades de se exprimir. No entanto, apesar da procura por fontes da sociedade civil, do ponto de vista do cidadão, ser uma preocupação dos jornalistas na construção noticiosa, os directores entrevistados não têm dúvidas em considerar que as “elites” regionais influenciam os conteúdos dos jornais, tendo em conta a própria dimensão das regiões (António Granjeira, Director do “Jornal da Bairrada”). Existe desta

forma uma “agenda de eventos, de acontecimentos, de debates e discussões (...) dos decisores políticos, públicos, das instituições públicas, que obviamente os jornais cumprem” (Pedro Costa, Director do Jornal “Diário As Beiras”). O próprio contexto da imprensa regional, nomeadamente as dificuldades económicas, podem ajudar a explicar esta dependência, uma vez que “nestes tempos de crise digamos, a dependência económica da publicidade ou dos editais das Câmaras e autarquias, implica um relacionamento que às vezes não é fácil” (Rogério Gomes, Director do Jornal “Grande Porto”)⁵.

Percebemos desta forma que as fontes oficiais são quem lidera na produção das principais peças noticiosas (notícias e reportagens), sobretudo no campo da política, e as não oficiais dominam a produção de pequenas informações (breves), no campo da cultura. Contudo, os directores dos jornais salientam igualmente que é preciso alterar esta dependência pelos canais de rotina, nomeadamente estimulando “as elites naquilo que é um debate mais alargado e plural ao nível da sociedade, e retirá-las daquilo que é uma visão meramente corporativa dos seus problemas” (Fernando Paulouro, Director do “Jornal do Fundão”).

A sondagem telefónica revelou por sua vez que os leitores inquiridos consideram que os jornais em geral não privilegiam determinadas classes, tratando igualmente cidadãos e figuras públicas (626 leitores; 46,6%). Salientamos no entanto que uma parte dos leitores considera que existe uma tendência elitista no tratamento noticioso por parte dos jornais (320 leitores; 23,8%). É de acordo com esta ideia que os leitores referem que raramente são ouvidos em relação aos assuntos da região, ou seja, raras vezes os conteúdos noticiosos dos jornais analisados contam com outro ponto de vista, o do cidadão, para complementar os dados. Nas perguntas abertas efectuadas na sondagem telefónica os leitores reivindicam precisamente mais pluralidade, dando voz a outros actores sociais das regiões que não as elites políticas e do poder local. Neste sentido, e no seguimento do projecto, os jornais foram informados sobre as sugestões, temas e observações efectuadas pelos leitores e cidadãos. Partindo destas indicações, os jornais tiveram a oportunidade de, durante sensivelmente seis meses, produzir mudanças nos seus conteúdos e desta forma ir de encontro às mudanças sugeridas. Após este período importava perceber de que forma os trabalhos desenvolvidos pelos jornais se distanciavam dos resultados obtidos na análise de conteúdo, ou seja, perceber se efectivamente tinham existido mudanças e até que ponto estas corrigiam algumas das desigualdades encontradas. Mais concretamente procurou-se avaliar se uma das marcas do jornalismo local e regional, uma agenda caracterizada pela ligação às elites locais, económicas, culturais, mas sobretudo políticas, se mantinha. Indagou-se assim sobre a possibilidade de uma mudança na agenda dos meios de comunicação, menos centrada em figuras como os representantes autárquicos e os demais membros dos organismos do aparelho estatal.

⁵ Importa referir que após a realização da primeira sondagem, verificaram-se alterações no grupo de jornais objecto de estudo. Os jornais “Grande Porto”, “Diário As Beiras”, “O Algarve” e “Jornal do Centro”, que pertenciam a um mesmo Grupo de Comunicação, Grupo Lena Comunicação, são alienados e mudam de propriedade, decorrendo dessa mudança diversas transformações ao nível das direcções e por consequência ao nível das redações. Neste sentido, nenhum dos Directores destes jornais aqui entrevistado mantém neste momento funções nestas publicações.

A distribuição empírica dos dados mostra que quase metade das peças jornalísticas realizadas no âmbito do projecto continuam a ter um ou vários “representantes institucionais”, isto é, 54 peças (49,1%) de um total de 110. A segunda categoria com maior representatividade é aquela que agrupa os trabalhos jornalísticos com personagens/actores que incluem tanto “representantes institucionais” como “cidadãos”, com 30,9%, o que em termos absolutos, se expressa em 34 casos. Por fim encontra-se a categoria que reúne as peças que identificam apenas “cidadãos” (22; 20%). No cômputo geral pode-se frisar a clara preponderância do uso que continua a ser feito por parte dos jornalistas de actores oriundos e/ou representantes de instituições, que proporcionalmente representa quase metade dos trabalhos analisados. Estes dados remetem assim para uma tendência já anteriormente observada, segundo a qual o agendamento realizado pelas cinco publicações regionais em estudo passa essencialmente pela ênfase nas instituições e quem as representa na esfera pública. Neste contexto é ainda interessante perceber de que forma os dados em relação aos actores se distribuem no que diz respeito ao papel que estes podem desempenhar em cada uma das peças, ou seja, se são apenas referidos ou directamente citados.

Com efeito, pode-se constatar que das doze peças que utilizam exclusivamente citações, nenhuma o faz referindo-se a “cidadãos” ou à categoria “ambos”, o que remete exclusivamente para os “representantes institucionais”. Com base nestes dados estatisticamente observáveis, pode-se considerar que permanecem os indícios que apontam para um tratamento jornalístico distinto dos diferentes actores. É portanto evidente a tendência de privilegiar nas peças o uso de citações de actores/personagens da categoria “representantes de instituições”. Estes dados estão na linha dos já anteriormente referidos e analisados, em que na produção noticiosa dos meios de comunicação regionais estudados é dado maior relevo mediático aos representantes de instituições, normalmente pertencentes às elites locais e regionais ou a elas associadas.

Assim, e apesar de na análise dos conteúdos publicados no “período experimental” não se terem encontrado mudanças substanciais em relação a estes aspectos, procurámos perceber, com a segunda sondagem, qual a percepção dos leitores em relação a possíveis mudanças. Os resultados deste segundo momento do estudo de opinião permitiram-nos perceber que 301 leitores dos 1134 inquiridos perceberam mudanças em relação às peças em que o cidadão comum é ouvido. Contudo, esta segunda inquirição permitiu também perceber que para 755 leitores (66,6%) o espaço dedicado aos leitores/cidadãos durante o “período experimental” manteve-se igual, ou seja, não sofreu mudanças o que sublinha a existência de uma forte manutenção da produção e tratamento jornalístico centrada no actor.

Neste sentido, uma ideia a reter, que achamos relevante, passa pela constatação de que os actores em posições mais altas na hierarquia de poder tendem a um maior acesso como fonte no jornal. Embora a tendência verificada tenha sido de privilegiar as fontes não oficiais, estas resultam de instituições

originárias da sociedade civil, e não propriamente da voz do cidadão. Assim, se a comunicação se completa no circuito estabelecido por fontes e jornalistas, entre cooperação e divergências, consideramos que o privilégio conferido às fontes externas, ou seja, a uma construção noticiosa cuja informação resulta de uma acção planeada pelas fontes, evidencia uma prática jornalística pouco activa, que contribui para acentuar desigualdades, perceptíveis na falta de pluralidade, centrada nos cidadãos, enquanto fontes e vozes das peças jornalísticas.

5. Conclusões

O processo noticioso, enquanto construção social que resulta da disputa pelo poder em torno de dois agentes, a fonte de informação e o jornalista, está rodeado de interesses na promoção e divulgação dos acontecimentos. Assim, todos os relatos noticiosos resultam de um processo onde cada agente social procura atribuir um significado próprio ao acontecimento de acordo com as suas perspectivas pessoais e organizacionais. A concorrência entre estes agentes sociais envolvidos no campo jornalístico, de acesso e capital simbólico nem sempre é igual, contribuindo para a sobreposição de perspectivas e interesses. O nosso estudo demonstrou que as rotinas e estratégias de comunicação no campo da informação regional são marcadamente dominadas pelas fontes oficiais e não oficiais, do Estado e da Sociedade Civil, mas não resultam efectivamente da voz e expressão do cidadão. Neste sentido, a própria brevidade e superficialidade das peças noticiosas contribui para a fraca pluralidade jornalística e consequentemente promove um conjunto de desigualdades no acesso ao espaço público mediático.

6. Referências Bibliográficas

Amaral, V. (2006). *Os temas e as fontes na imprensa regional da cidade da Guarda*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.

Blumler, J. & Gurevitch, M. (1995). *The Crisis of Public Communication*. London: Routledge.

Bourdieu, P. (1974). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.

Bourdieu, P. (1997). *Sobre a Televisão*. Oeiras: Celta, 1997.

Chaparro, M. (2000). O acontecimento como discurso. *Comunicação e Sociedade, Cadernos do Noroeste*, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 295-304.

Chaparro, M. (2001). *Linguagem dos Conflitos*. Coimbra: Minerva.

Crato, N. (2002). *Comunicação Social - A Imprensa*. Lisboa: Editorial Presença.

Giddens, A. (2000). *Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura*. Oeiras: Celta Editora.

Habermas, J. (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Lamy, S. (2010). *A importância das fontes de informação na construção do Espaço Público*. in Repositorium do Instituto Politécnico de Portalegre. Consultado a 13.11.12 em <http://comum.rcaap.pt/bitstream123456789/2058/1/A%20importância....pdf>.

Maia, R. (2002). *Dicionário de Sociologia*. Porto: Porto Editora.

Manning, P. (2000). *News And News Sources: A Critical Introduction*. London: Sage.

Marx, K & Engels, F. (1975). *Ideologia Alemã: crítica da filosofia alemã mais recente*. Lisboa: Editorial Presença.

Mazzarino, J. (2006). Por uma comunicação sustentável: as possíveis e necessárias apropriações estratégicas da mídia pelos movimentos sociais enquanto fontes das notícias. *Revista Redes - Revista de Estudos para el Desarrollo Social de la Comunicación*, nº3, 303-318. Consultado a 13.11.12 em <http://www.revista-redes.com/index.php/revista-redes/article/view/95/89>.

McQuail, D. (2003). *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Parkin, F. (2000). *Max Weber* (2ª Edição). Oeiras: Celta Editora.

Rebelo, J. (2002). *O Discurso do Jornal - o como e o porquê* (2ª edição). Lisboa: Editorial Notícias.

Santos, R. (1997). *A negociação entre jornalistas e fontes*. Coimbra: Livraria Minerva Editora.

Santos, R. (2003). *Jornalistas e Fontes de Informação*. Coimbra: Minerva.

Santos, R. (2006). *A fonte não quis revelar*. Porto: Ed. Campo das Letras.

Silva, F. C. D. (2002). *Espaço público em Habermas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Traquina, N. (2001). *O Estudo do Jornalismo no Século XX*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2001.

Traquina, N. (2000). *O poder do jornalismo. Análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Livraria Minerva Editora.

Weber, M. (1999). *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasil.

Yin, R. (1989). *Case Study Research - Design and Methods*. London: Sage Publications.